

Dia do Patrimônio Histórico alegre e colore a Praça da Liberdade

_____ Páginas 04, 05 e 08



Acervo Iepha/MG

^ Bandas de música, corais e várias outras tradições mineiras levaram centenas de pessoas à praça, em Belo Horizonte, numa grande celebração do nosso patrimônio

Entrevista: Adalgisa Campos
fala sobre suas pesquisas em
religiosidade popular

_____ Páginas 06 e 07

Conep aprova deliberação para
ICMS Patrimônio Cultural

_____ Página 03

No mês do folclore, conheça
lendas e mitos mineiros

_____ Página 10

**Impresso
Especial**

7397091256-DR/MG
IEPHA/MG

...CORREIOS...



Palavra do Presidente

fernando.cabral@iepha.mg.gov.br

O Dia Nacional do Patrimônio Histórico foi instituído em 17 de agosto de 1998, em homenagem ao centenário de nascimento de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898/1969), criador da Sphan, atual Iphan. Desde então, anualmente, a ocasião tem sido lembrada e comemorada pelo Iepha.

Neste ano de 2012, a Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, tornou-se palco para uma grande celebração da data, à altura de sua importância. Iepha, Faop, Circuito Cultural Praça da Liberdade e vários outros parceiros presentearam o povo mineiro em toda sua riqueza cultural em um evento que durou um dia inteiro e mobilizou centenas de pessoas que passaram pela praça e festejaram.

Patrimônio é feito exatamente disto. Um grande encontro de pessoas, uma celebração da cidade e sua história, dos saberes populares, artes e memórias e das pessoas que vivem entre tudo isso. Como uma grande colcha de retalhos, cada um trouxe sua porção individual. Crianças e adultos ajoelharam juntos aos pés das palmeiras imperiais da Alameda Travessia, com punhados de serragem em mãos. Empresas se mobilizaram oferecendo transporte e alimentação para os voluntários; que tocaram, cantaram, trabalharam na criação do tapete de serragem e receberam os visitantes com a alegria de quem fez parte de um dia tão especial e importante como foi esse inesquecível 18 de agosto.

O sucesso do evento, com certeza, deixa aberta a porta para futuras edições do Dia do Patrimônio Histórico – cada vez mais engrandecidas. Não podemos deixar de agradecer a cada pessoa que acreditou nesse sonho e que, de alguma forma, deu sua contribuição para que ele se tornasse realidade. Às equipes das instituições realizadoras, aos apoiadores, parceiros, patrocinadores, voluntários e, claro, ao público mineiro, que tão calorosamente prestigiou e participou desta grande festa e que cantou conosco um uníssono “parabéns” ao belíssimo patrimônio cultural que faz deste estado as nossas Minas Gerais!

Obrigado a todos e todas!

Fernando Viana Cabral
Presidente



Peça Desaparecida

Esta imagem de Santana, pertencente à capela de mesmo nome, de Guapiara, povoado de Aiuroca. A peça foi roubada em abril de 1985, porém a ocorrência só foi comunicada ao Iepha em 2003.

Com 80 cm de altura, acredita-se que a imagem seja de origem francesa e tenha sido levada ao povoado por padres lazaristas, em 1739.

Informações pelo telefone (31) 3235-2800 ou pelo faleconosco no site do Iepha/MG.

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador: Antônio Augusto Anastasia

Vice-governador: Alberto Pinto Coelho

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Secretária: Eliane Parreiras

Secretária adjunta: Maria Olívia de Castro e Oliveira

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Presidente: Fernando Viana Cabral

Vice-presidente: Pedrosvaldo Caram Santos

Chefe de Gabinete: Danielle Faria

Diretor de Conservação e Restauro: Renato César J. de Souza

Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças: Dirceu Alves Jacome Júnior

Diretora de Proteção e Memória: Angela Maria Ferreira

Diretora de Promoção: Marília Palhares Machado

BEM INFORMADO – INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Textos e edição: Beatriz Teixeira de Salles (MG 03802JP)

Textos: Ludymila Toledo (MG 11656JP) e Érika Santos (MG 012987JP)

Diagramação: Pablo do Prado Soares

Fotos: Izabel Chumbinho

Impressão em papel Reciclado 90g/m²

Tiragem: 2.600 exemplares – Periodicidade: mensal

Impressão e acabamento: Rona Editora



CULTURA

Praça da Liberdade, s/nº – 4º andar | CEP: 30140-010 Belo Horizonte – MG

Tel: 31 3235.2800 | Fax: 31 3235.2858 | www.iepha.mg.gov.br

Envie sua sugestão para: jornal@iepha.mg.gov.br

ICMS Cultural já tem nova deliberação para os exercícios 2014 e 2015



Arquivo Iepha/MG

^ Ana Eliza Lobato, procuradora do Iepha; Eliane Parreiras, secretária de Cultura; Pedrosvaldo Caram Santos, vice-presidente; Marília Machado, diretora de Promoção; Ângela Ferreira, diretora de Proteção e Memória do Iepha

Aprovada na última reunião do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural – Conep –, a nova Deliberação que versa sobre o repasse de recursos estaduais aos municípios via ICMS Patrimônio Cultural para os exercícios 2014 e 2015 já está disponível para consulta no site do Iepha (www.iepha.mg.gov.br).

Entre as modificações, aprovadas por unanimidade pelos membros do Conep, está a mudança da data para entrega da documentação, que passa a ser feita até o dia 07 de dezembro, e não mais em 15 de janeiro. Também foi alterada a forma de pontuação dos 70% dos pontos de tombamento, vinculando-os à pontuação do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (essa regra só passa a valer a partir do exercício 2015), permanecendo ainda o quadro IV como consta na deliberação anterior. Nos anos eleitorais, em que não houver a Jornada Mineira do Patrimônio Cultural, como em 2012, a pontuação relativa à mesma será redistribuída.

Também foi incluída na Deliberação a obrigatoriedade de o município comunicar casos de descaracterização de bem tombado aos órgãos responsáveis pelo tombamento, em qualquer esfera. A cidade poderá perder os pontos nesse tributo, em caso de bens estaduais e federais, caso a comunicação não seja feita. No caso dos tombamentos municipais, intervenções que descaracterizem vão impossibilitar a avaliação do bem, mesmo que este esteja em bom estado de conservação. Além disso, o bem será incluído na listagem de bens culturais em estado precário de conservação até a comprovação, pelo município, da reversão das intervenções.

Foi retomada a necessidade de apresentação do Plano de Aplicação de Investimentos que compõe o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, com vistas a estabelecer a cultura do planejamento, sem que haja efeitos na pontuação. O Plano de Aplicação poderá ser alterado de acordo com o contexto local.

As fotos de fachada, incluídas nos processos de tombamento e nos laudos de estado de conservação, ao serem feitas, deverão ter, até o exercício de 2015, uma régua de 1,0m de altura por 0,10 m de largura com cinco divisões (0, 20m) nas cores branco e preto.

Toda a documentação deverá ser encaminhada por ofício, assinado pelo prefeito ou autoridade municipal. Recomenda-se a impressão frente e verso, acondicionamento por Quadro, em pastas classificadoras dobradas em cartão duplo, sem plásticos, com lombo regulável e grampo plástico. Essa mudança se deve à necessidade de diminuir o volume dos documentos na Gerência de Documentação e Informação, setor responsável pelo armazenamento de toda a documentação do ICMS no Iepha.

Plano de Divulgação

A Diretoria de Promoção, juntamente com a Assessoria de Comunicação do Iepha e a Secretaria de Estado de Cultura, desenvolveu um Plano de Divulgação da nova deliberação, que contará, entre outras ações, com:

- Seis Rodadas do ICMS, sendo uma em Belo Horizonte e as outras cinco nas cidades onde a Secretaria de Estado de Cultura possui Núcleos de Interiorização de Cultura (Araçuaí, Governador Valadares, Uberlândia, Pouso Alegre e São João Del Rei); (leia mais na página 05)
- Na Rodada em Belo Horizonte será realizado um Twitcam (serviço que transmite vídeos ao vivo a partir de webcams e os divulga através do Twitter)
- Confecção de uma deliberação comentada;
- Elaboração de um documento de dúvidas frequentes, a partir das dúvidas encaminhadas aos emails oficiais do Iepha (faleconosco@iepha.mg.gov.br e icms@iepha.mg.gov.br), e disponibilização no site da Instituição;
- Utilização do mailing das prefeituras para envio de material didático;
- Realização de um seminário, em 2013, para discussão dos itens culturais e política de patrimônio.

Dia do Patrimônio movimenta Praça da Liberdade



Um sábado de sol e a Praça da Liberdade, em BH, virou ponto de encontro para centenas de pessoas celebrarem em grande estilo o Dia do Patrimônio Histórico. Adultos, idosos, jovens e crianças com alegria se envolveram e participaram das muitas atrações preparadas pelo Iepha, a Fundação de Arte de Ouro Preto (Faop), o Circuito Cultural Praça da Liberdade e a Rede Globo Minas.

Entre as atrações, que duraram o dia inteiro, uma mostra das antigas técnicas construtivas, a cargo do engenheiro do Iepha Fernando de Castro Veado, chamou a atenção de várias pessoas que, no material exposto, reconheceram tipos de construção das casas de seus pais ou avós. Também a exposição de estandartes, confeccionados pelo técnico da Gerência de Patrimônio Imaterial Ailton Batista, fez sucesso entre os que passaram pela praça, que se encantaram com as cores e a simbologia religiosa das peças.

Um tapete de serragem, confeccionado sob orientação de alunos e professores da Faop, com participação de garotos do Espaço Criança Esperança de BH e da meninada que visitou a praça, deu colorido especial à Alameda Travessia.

Mostra de colchas artesanais vindas de Resende Costa e um tear centenário, trazido pelo artesão Luís Cláudio dos Reis, do mesmo município, e que ficou em pleno funcionamento durante o evento, também chamaram a atenção.

Como a proposta era fazer uma grande festa, não poderia faltar música. A Sociedade Musical Bom Jesus das Flores, de Ouro Preto, a Lira de São Sebastião, de Jacarandira, a Orquestra Jovem de Contagem e a Sociedade Musical Santa Cecília, de Passagem de Mariana, colocou muita gente para dançar na praça. Os corais Vozes da Globo Minas e do BDMG atraíram muitos "cantores improvisados".

Um espelho colocado próximo ao coreto foi outra atração disputada. Adesivado com a frase: "Conheça o maior patrimônio de Minas Gerais Você", divertiu muita gente que fez questão de registrar com fotos a pose.

O presidente do Iepha, Fernando Cabral, ressaltou o Dia do Patrimônio como uma grande oportunidade para envolver a população em uma atividade de educação patrimonial. "É um momento de contato com as tradições das Minas, com bandas, corais, os estandartes e tapetes devocionais que são tão presentes nas cidades históricas, além de mostrar técnicas das antigas construções mineiras. É uma oportunidade realmente de homenagearmos esse modo de viver e de fazer muito típico e que continua vivo ainda em nosso estado".



O Dia do Patrimônio Histórico é comemorado, no Brasil, em 17 de agosto, lembrando o nascimento do historiador e jornalista Rodrigo Mello Franco de Andrade (Belo Horizonte, 1898-1969). Profundamente ligado às questões de preservação do patrimônio, Rodrigo Mello Franco de Andrade dirigiu o Sphan, (atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan), da sua fundação em 1937 até 1967.





Já a secretária de Estado de Cultura, Eliane Parreiras, destacou o sucesso na mobilização da sociedade em torno da celebração do patrimônio cultural mineiro, seja ele material, imaterial, as tradições e festividades características do estado. “Este é um evento muito importante, porque coloca em pauta e aproxima a sociedade desses valores tão fundamentais”. Para a presidente da Faop, Ana Pacheco, o Dia do Patrimônio deve entrar de vez e oficialmente para o calendário de eventos de Minas Gerais. “O mais importante foi o sucesso de um trabalho em parceria, um trabalho otimizado, potencializado e cujo resultado pode ser visto aqui hoje com uma programação aberta e convidativa para que o público participe”.



O *Dia do Patrimônio Histórico na Praça* foi uma realização do Iepha, da Faop, integrantes do Sistema Estadual de Cultural, do Circuito Cultural Praça da Liberdade e Globo Minas, em parceria com o Sesc Minas Gerais, a Sou BH, Vale, Shopping Xavantes, BDMG Cultural, Casa UNA, Casa e Tinta, Viação Irmãos Teixeira, Ateliê e Receptivo Dedo de Prosa, Retech, Leroy Merlin e Empresa de Ônibus São Gonçalo.

Leia mais sobre o Dia do Patrimônio Histórico na página 08.

Iepha esclarece dúvidas durante Rodadas do ICMS

Pela segunda vez, o Iepha realiza as Rodadas do ICMS. Diferentemente do que aconteceu no último ano, o interior também receberá a equipe de técnicos da Diretoria de Promoção para esclarecer as dúvidas sobre a Deliberação 02/2012, que versa sobre o repasse de recursos estaduais aos municípios via ICMS Patrimônio Cultural, que vale para o exercício 2014.

A ideia é reunir representantes de centenas de municípios mineiros em seis encontros, realizados em cidades onde a Secretaria de Estado de Cultura possui Núcleos de Interiorização de Cultura.

A série terá início por Belo Horizonte, no dia 17 de setembro, e depois segue para Governador Valadares, 02 de outubro; Uberlândia, 10 de outubro; Araçuaí, 17 de outubro; Pouso Alegre, 24 de outubro; e São João Del Rei, 31 de outubro. Os locais ainda estão sendo confirmados, portanto, fique de olho em mais informações no site do Iepha: www.iepha.mg.gov.br.

Podem participar servidores do Setor de Patrimônio Cultural das prefeituras, identificados por ofício firmado pelo prefeito e respectivo documento de

identidade e conselheiros membros dos Conselhos Municipais de Patrimônio Cultural, identificados no documento de nomeação firmado pelo prefeito e respectivo documento de identidade. As inscrições para a Rodada de Belo Horizonte podem ser feitas pelo email rodadaicms@iepha.mg.gov.br, de 03 a 10 de setembro; para as outras cidades, será divulgado posteriormente. O email deve conter nome completo, número da identidade, município de origem, atividade que exerce relativa ao ICMS Cultural, email e telefone.

| Dúvidas

As dúvidas relativas à Deliberação 02/2012 exercício 2014 já podem ser enviadas para o email rodadaicms@iepha.mg.gov.br até o dia 10 de setembro. O email deve conter: quadro e item da dúvida, nome completo, atividade que exerce relativa ao patrimônio e município.

Todas as dúvidas serão esclarecidas durante as Rodadas do ICMS e depois serão disponibilizadas no site do Iepha.



Mergulho na pesquisa histórica

Natural de Santa Vitória, no Triângulo Mineiro, a historiadora Adalgisa Arantes Campos tem bacharelado e licenciatura em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Cultura e Arte Barroca pela Universidade Federal de Ouro Preto, é mestre em Filosofia pela UFMG e doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), com a tese *Rituais Solenes na Cultura Barroca: o Ideário da Morte e Liturgia*.

Adalgisa Campos integra o Conep como representante da Associação Nacional de História (Anpuh), desde 2008. Leciona História da Arte e da Cultura nos cursos de graduação e pós-graduação do Departamento de História da UFMG. Coordena pesquisa sobre a religiosidade popular e suas manifestações, com destaque para as cerimônias da Quaresma e da Semana Santa.

É autora de diversas publicações sobre os temas *pompa fúnebre, devoção às almas e sua iconografia, festejos na Minas Gerais setecentista, artistas populares e modernismo em Belo Horizonte*.

Entre muitas das suas publicações estão estudos sobre a adoração a São Miguel e Almas, principalmente nas Minas Gerais setecentistas. Como começou este culto? Ele ainda persiste?

A veneração a São Miguel foi notável durante toda a Idade Média e Época Moderna (1500-1800). Sua representação se encontra ainda em espaços públicos – portas de entrada dos núcleos urbanos (Braga, Aveiro) e fontanários (Porto e Braga) – e objetos diversos – medalhas, selos, moedas, brasões – como uma devoção guardiã dos reinos católicos, desde que foi abraçada pelo imperador Constantino (século IV).

A vertente iconográfica – a mais vulgarizada na arte religiosa – mostra o arcanjo, só ou com seus anjos, lutando contra Lúcifer e sua horda demoníaca (AP 12, 7-8). A segunda vertente – daí o título São Miguel e Almas – mostra o arcanjo como intercessor da alma dos justos, sendo bem representada nos tímpanos das catedrais góticas e mesmo em pinturas de datação anterior, como é possível ser visto em frontal românico existente no Museu Nacional de Arte da Catalunha, em Barcelona, e em fragmento de pintura na Igreja de São Miguel, em Viena, bem como em muitas pinturas (afrescos, têmpera e óleo) com a iconografia do juízo final provenientes do declínio da Idade Média, do Renascimento e Maneirismo.

Uma terceira vertente iconográfica representa as aparições do arcanjo para as humanidades pretéritas – na Itália, França, Inglaterra etc – geralmente feita sobre lugares altos, daí ele ser figurado sobre um monte ou nuvem. Basicamente essas vertentes iconográficas aparecem no acervo escultórico e pictórico das Minas Gerais, que apresenta obras de feição maneirista, barroca, rococó, clássica etc. Estou me referindo aos estilos, pois aquele que tenta caracterizar a obra em si não descarta tal vocabulário que ajuda na identificação da peça. A veneração que inicialmente estava muito ligada aos reinos, foi sendo incorporada sistematicamente nas comunidades católicas que, organizadas em grêmios e confrarias, tiveram grande representatividade na propagação na arte gótica, renascentista e barroca, período convencionado como Época Moderna.



Foto: acervo pessoal

No século XIX, houve uma ligeira mudança em relação ao culto a São Miguel e Almas, não?

O século XIX manifestou-se como período de racionalização das mentalidades e do pensamento intelectual, em favor das ideias cívicas e dos valores laicos, conjunto de aspectos que impactou sobremaneira o culto às almas em favor de outras devoções como o Santíssimo Sacramento, os sacratíssimos corações, invocações marianas e do culto santoral relacionadas a ordens religiosas mais recentes.

Nesse sentido, grosseiramente, pode-se afirmar que o século XIX não foi generoso com as almas do purgatório, embora muitas imagens do arcanjo tenham continuado em seus altares até pouco tempo e a tradição tenha mantido na lembrança que a segunda-feira era um dia por excelência das benditas do Purgatório! Na segunda-feira as caldeiras voltariam a funcionar com o seu fogo que pune, santifica e purifica, após o repouso dominical e daí a importância das orações em sufrágio pelas almas. Tal culto resfriou bastante e uma das consequências disso é que boa parte das imagens de São Miguel foram parar em museus e até em coleções privadas, muitas em transações ilícitas, pois anteriormente estavam entronizadas em altares laterais, sob o cuidado da irmandade respectiva. O esfriamento de uma devoção tem consequências no destino das obras. Quando fiz minha tese de doutorado pude ver algumas imagens entronizadas que posteriormente foram furtadas, por exemplo, na Igreja Matriz de Camargos; a do Sumidouro (atual Padre Viegas) já havia sido roubada!

A senhora participou no processo de tombamento do Presépio do Pipiripau, numa época em que não se tinha publicação sobre o mesmo e que os documentos para o tombamento se basearam da observação da obra e do relato do criador Raimundo Machado de Azeredo. Como foi isso?

Eu acabava de entrar para a Diretoria Regional do Iphan em Belo Horizonte e deveria fazer o levantamento da documentação histórica e a redação respectiva para sustentar o processo de tombamento do presépio, que havia sido adquirido recentemente pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Havia informações dispersas sobre o tema e um áudio feito por Marília Andrés e João Adolfo Moura. Estava em curso a longa e utilíssima entrevista feita com o senhor Raimundo Machado, pela colega Vera Alice Cardoso Silva, coetânea com a minha e que, por essa razão, eu a conheci posteriormente. O Antônio Batista dos



^ Altar das Almas, na Igreja de São Vitor, em Braga, Portugal

Santos, restaurador do Iphan, cuidou do levantamento e da caracterização das peças individualmente.

Aquela entrevista me marcou definitivamente. Eu estava diante de uma pessoa com arraigada experiência de vida; justamente eu, no início da vida profissional, inexperiente, mas com a motivação e ânimo da juventude. O senhor Raimundo Machado era carismático, perseverante, muito doce. E nele eu percebi uma síntese da experiência de nossos ancestrais, todos ali de uma só vez! Antes de o texto seguir para o Rio de Janeiro, onde se dava o processo de tombamento, ele foi revisto com muito critério pelo Luiz Gonzaga Teixeira – na época no Iphan e que havia sido meu professor e introdutor no estudo das artes. Posteriormente, já como professora da UFMG, escrevi o livrinho *Raimundo Machado*, do Circuito Atelier, C/Arte, incorporando as novidades sobre o Pipiripau.

A senhora foi uma das colaboradoras do dossiê descritivo do registro do Toque dos Sinos em Minas Gerais. Como foi essa pesquisa?

Eu fui contratada pelo Bureau Cultural para fazer o dito levantamento das informações históricas. Na ocasião, não estava muito animada, sabia de antemão que, para reunir fontes escritas sobre toque de sino em pouco tempo, não seria

fácil. As informações estavam dispersas, sobretudo nos livros de irmandades leigas e ordens terceiras, e reunidas de certo modo na obra editada por Francisco Curt Lange, relativa à música no período colonial nas Minas Gerais.

Isso eu sabia de antemão, por lidar rotineiramente com tais fontes. Em meu favor eu tinha os levantamentos feitos anteriormente para pesquisa de mestrado, doutorado e projeto junto ao CNPq. Eu não joga levantamentos no lixo, deixo tudo guardado em pacotes na parte de cima do guarda-roupa. Vez por outra, em acessos de organização, retomo o assunto, o que me leva a manter na lembrança os ditos levantamentos. Afinal, nem tudo está digitado e com fácil manuseio.

Basicamente, eu precisei dar uma parada, consultar os levantamentos agregados em minha vida, e que estavam dispersos em inúmeras pastas, e retornar, em casos pontuais, ao Arquivo da Arquidiocese de Mariana. Levantei uma documentação consistente e continuei levantando após o tombamento. Sempre dou continuidade ao levantamento quando o assunto me desperta. Não se trata de “requeritar pesquisa” para conseguir novas publicações, mas de aproveitar quando o assunto vem à tona durante as pesquisas em andamento.

A senhora participa do Conep como conselheira, representando a Anpuh desde a constituição do conselho. Quais mudanças a senhora apontaria no cenário do patrimônio histórico e cultural de Minas após a criação do Conep?

De imediato, eu digo que me renovo e aprendo demais só de estar nas reuniões, diante de inúmeras pessoas que são especialistas, que a partir da indicação prévia deixam a sua colaboração social baseada em exposições sistemáticas, muito documentadas, com juízos e indicações de atuação, certas e muito claras mesmo para o leigo daquela área de atuação.

Vale destacar que o Conep congrega conselheiros de diversas áreas de atuação. Minhas aulas são beneficiadas com tal participação e eu continuo porque resido em Belo Horizonte e nossa entidade (Anpuh) tem a direção itinerante e nem sempre tem voluntário na capital.

A senhora declara que escreve poucos livros por falta de tempo para ir atrás de editoras e de preencher solicitações de editais de financiamento. Na sua opinião, o mercado literário brasileiro ainda sofre com a burocracia?

O mercado melhorou significativamente e a prova disso são os contínuos editais abertos pelos órgãos de fomento em nível estadual e federal. Por sua vez, o professor da atualidade encontra-se afundado em uma teia de afazeres e deveres muito diferentes daqueles exigidos pelo exercício do magistério de outrora, quando não se tinha ainda o computador pessoal e a internet. Não há como se esquivar da rede, a não ser que não liguemos a nossa máquina! A ideologia da produtividade é invasiva e muito eficaz. O professor de uma universidade federal deve atuar com abrangência: sala de aula, orientação de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, emissão de pareceres junto aos periódicos e órgãos de fomento e, sobretudo, ele desempenha o papel de angariador de recursos!

A captação de recursos reverte para a universidade e orientandos respectivos. Se o professor não fizer pesquisa e não cativar relacionamentos com colegas de instituições em outras partes do globo, ele fica *démodé* rapidamente. Há profissionais que publicam muito, mas isso tem um preço. Ademais eu me pergunto se a gente tem que ficar publicando demais! Será que há novidade, que realmente carece publicar? A sala de aula por si só consiste em um lugar privilegiado para discussão das ideias.

Asas à imaginação

Não foram apenas os adultos que participaram da celebração do Dia do Patrimônio Histórico na Praça da Liberdade, no dia 18 de agosto. As crianças também marcaram presença, na confecção do tapete de serragem, acompanhando as bandas musicais e visitando os estandes. Exemplo é a garota Maria Teresa Ribeiro e Carvalho que, ao receber o material usado nas oficinas de educação patrimonial do Iepha – um lápis acompanhando o texto que diz: “(...) você pode escrever um bilhete, uma história que tenha acontecido de verdade com você ou até uma história que você imaginou (...)” –, não teve dúvidas e deixou registrada sua redação.

Maria Teresa é bolsista do Colégio Loyola, onde cursa o 3º ano do Ensino Fundamental. É apaixonada pela leitura e pela escrita. Com apoio da escola, a família está reunindo os textos de Maria Tereza para, ano que vem, quem sabe, lançar um livro. Confira ao lado o que ela escreveu no Dia do Patrimônio:



“A menina que queria voar

Era uma vez uma menina chamada Carol. Carol queria voar e, por isso, perguntou para seu pai se ela poderia voar.

– Pai, eu posso voar?

– Pode sim, Carol, de avião, helicóptero, paraquedas...

– Não, pai, eu quero voar igual a um passarinho e borboleta.

O pai de Carol riu e falou:

– Carol, isso é impossível.

Carol ficou brava e foi dormir.

No dia seguinte, Carol foi para a escola de carro com sua mãe e viu na janela do carro um passarinho e pensou:

– Será que meu pai ‘tá certo, será que não posso voar?

Chegando na escola, Carol foi encontrar sua amiga Júlia, e Carol perguntou para Júlia se ela conseguia voar. Júlia responde:

– Sim.

Carol ficou surpresa e falou:

– Como?!

– Fácil. É só voar no mundo da imaginação.

Chegando em casa, Carol falou para seu pai:

– Pai, você ‘tava errado, eu posso voar sim no mundo da imaginação.

Carol foi para seu quarto e voou no mundo da imaginação.”



BLOCO DE NOTAS

| Iepha Discute 2012

Já estão sendo planejadas as edições para este ano do programa Iepha Discute, que tem por proposta organizar encontros para conversas sobre o tema patrimônio.

As datas e os convidados estão sendo definidos e, em breve, serão divulgados.

| Iepha nas ondas do rádio

Em comemoração à Semana do Patrimônio Histórico, estreou no último dia 13 o *Iepha: Memória Viva de Minas*, quadro semanal na programação da Rádio Inconfidência AM 880, para discussão e divulgação de temas relativos ao patrimônio cultural. O quadro, veiculado dentro do programa Revista da Tarde, apresentado pela jornalista Débora Rajão, discute temas ligados à história do rico patrimônio cultural de Minas Gerais e as principais notícias e eventos ligados à área.

O programa vai ao ar toda segunda-feira, a partir das 14h. É possível ouvir o programa, ao vivo, no site da Rádio Inconfidência. O link direto para a transmissão AM é: http://www.inconfidencia.com.br/modules/programacao/players/pop_am.php. Confira!

Pra ver a banda passar...



“Estava à toa na vida o meu amor me chamou / Pra ver a banda passar cantando coisas de amor / A minha gente sofrida despediu-se da dor / Pra ver a banda passar cantando coisas de amor (...) Mas para meu desencanto o que era doce acabou / Tudo tomou seu lugar depois que a banda passou / E cada qual no seu canto em cada canto uma dor / Depois da banda passar cantando coisas de amor”

Fruto de uma tradição musical que vem dos tempos do Brasil Colônia, as bandas de música têm sido um rico celeiro de maestros, músicos e gêneros musicais. Durante três séculos de sua história, o povo parava para ver a banda passar, trazendo, além da música, alegria. Toda cidade possuía uma bandinha que se apresentava principalmente nos coretos e eram o principal entretenimento local, participando de movimentos políticos, acontecimentos religiosos, cívicos e sociais – tradição mantida até os dias de hoje.

Em nenhum outro lugar a canção de Chico Buarque é tão vivenciada como em Minas Gerais. O estado possui as mais antigas e concentra o maior número de bandas. Em alguns municípios mineiros esta tradição está assegurada por meio do registro como patrimônio imaterial. Conheça alguns exemplos:

| **Banda Lira da Mantiqueira** – Foi criada oficialmente em 1998, na cidade de Andradas, por meio de um decreto. Porém há relatos que, no século XIX, houve uma imigração em massa de italianos, tendo entre eles um musicista chamado Feliciano Constantino de Moraes, mais conhecido como Professor Xanico, que se juntou a outros músicos e formaram a primeira banda que consta na história do município.

| **Banda Musical Amantes da Lira** – Fundada em 1 de agosto de 1981, em Guiricema, por um grupo preocupado com a perda de cultura no município, que resolveu retomar os trabalhos de uma banda surgida no começo do século XX, que até então estava estagnada. Seus componentes mantêm uma escola de música gratuita para crianças – as que se destacam são convidadas para participar da Amantes da Lira.

| **Banda Santa Cecília, de Rio Pomba** – Fundada em 1º de janeiro de 1934, sua história começa ainda no período colonial, onde diversas atividades artístico-literárias tiveram palco em Rio Pomba, estando em primeiro plano a música. Com sede própria, a Santa Cecília possui uma escola de música. A banda conta com uma média de 20 integrantes, sendo a maioria crianças e jovens, e tem participado dos



^ No alto, à direita, apresentação da Banda Amantes da Lira. Acima, Lira Nossa Senhora do Desterro

acontecimentos festivos, civis e religiosos da cidade, além das edições do *Encontro e Confraternização de Bandas*, realizado pela prefeitura, e dos encontros regionais e estaduais de bandas.

| **Corporação Musical Lira Nossa Senhora do Desterro** – Fundada em 20 de janeiro de 1994, a Corporação é fruto do desejo comum da comunidade do município que amava a música e se uniu para resgatar a tradição das bandas de música em Desterro do Melo, que já contou com a Corporação Musical Euterpe Melense, a Sociedade Musical São Vicente de Paulo e Lira Basílico Véspoli.

| **Corporação Musical Antônio de Freitas Carvalho** – Composta por 29 integrantes cujas idades variam de 10 a 70 anos, a Corporação, do município de Cristina, faz importante trabalho de resgate musical. Em 2007, o maestro João César da Silva conseguiu financiamento para um projeto de digitalização e organização do acervo de partituras que pertenceram às antigas bandas da cidade.

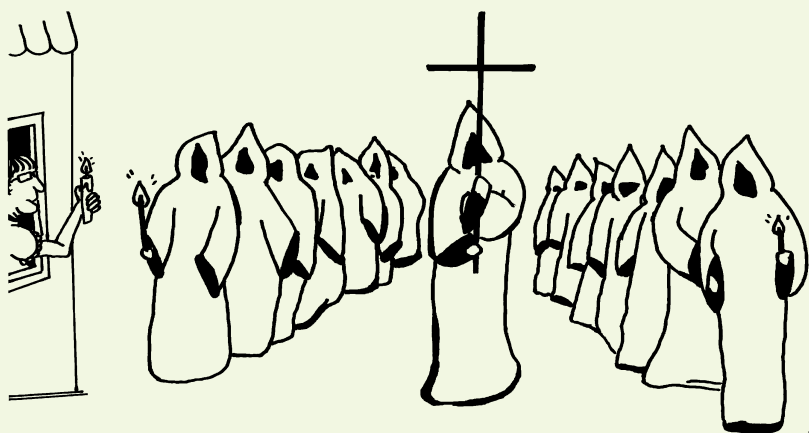
| **Sociedade Musical Santa Cecília, de Sabará** – Considerada uma das mais antigas e tradicionais de Minas Gerais, foi fundada em 22 de novembro – dia de Santa Cecília – do ano de 1781. Durante o período oitocentista, seus integrantes formaram uma corporação musical com uma orquestra de cordas e um coral. Os membros executavam peças litúrgicas nos templos e participavam de eventos oficiais. Entre as suas apresentações, destacam-se uma realizada durante a visita de Dom Pedro I a Sabará e uma na inauguração de Belo Horizonte, em 1897. Desde sua criação, a Santa Cecília é voltada para o ensino e divulgação da música, em especial a colonial mineira.

Folclore mineiro tem desde tesouros a assombrações gigantescas

A gosto é mês do folclore, dos mitos e lendas da cultura popular. Histórias diversas que, numa leitura por vezes fantasiosa, dão conta de tempos antigos, da escravidão, da mineração, da pesca, da vida rural e dos dias atuais nas grandes cidades. E se tem uma coisa que mineiro gosta, é de contar caso.

Para Adriano de Paula Rabelo, autor do livro *Lendas e Mitos do Povo Brasileiro* (de onde alguns dos casos abaixo foram extraídos), essas histórias de nossa tradição popular “não somente revelam nossas preocupações e medos como ensinam posturas, valores e atitudes recomendáveis no processo de viver em sociedade”.

Confira abaixo algumas das mais populares lendas que permeiam a cultura popular mineira e aguarde a edição de setembro do *Bem Informado*, que trará outras histórias de arrepiar.



| **Tesouros escondidos** – Boa parte das lendas mineiras refletem um momento de nossa história. Durante o período colonial, quando houve abundância de ouro e diamantes, era comum as pessoas esconderem, ou mesmo enterrarem, pedras preciosas para não pagar impostos ou entregá-las a seus empregadores. A fazenda assombrada de Carandaí e a do Retiro, em Mariana, são apenas duas de dezenas de propriedades tidas como assombradas por guardarem enormes tesouros escondidos. Em ambas, há relatos dos sons, à noite, de correntes de ferro arrastadas e lamentos de escravos torturados.

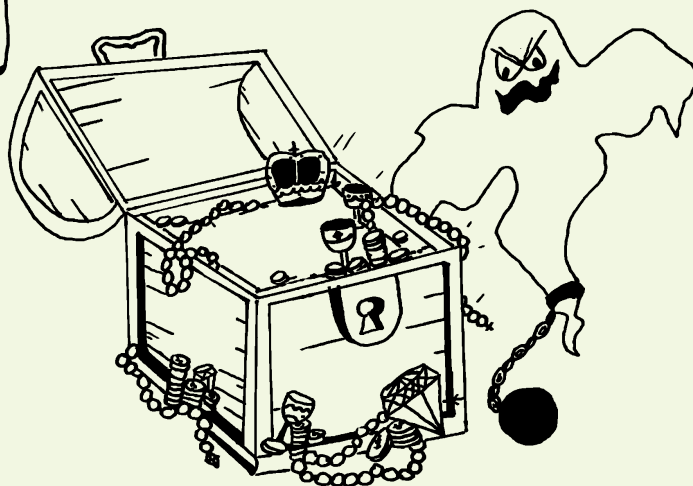


| **Mãe do Ouro** – Um dos mais tradicionais mitos mineiros conta de uma bola de fogo que mostraria onde há jazidas de ouro e que, nela, vem uma mulher muito linda, loira, com um vestido de seda branco que voa pelos ares, refletindo a luz do sol. Diz a lenda que, sempre que ajudava alguém em apuros a encontrar ouro, a Mãe do Ouro impunha como única condição que ele não contasse a ninguém a localização da mina, sob pena de uma terrível maldição.

| **A missa dos mortos** – Por volta de 1900, o zelador e sacristão da Igreja de Nossa Senhora das Mercês de Cima, em Ouro Preto, foi acordado no meio de uma noite fria e chuvosa por um alvoroço de passos e vozes na capela, situada ao lado de um cemitério. Pensando se tratar de ladrões, correu para verificar e encontrou no templo a celebração de uma missa repleta de fiéis esqueletos e conduzida por um sacerdote também de outro mundo.

| **O tesouro do escravo Isidoro** – Conhecido em todo o estado, este caso deu origem a uma caça ao tesouro que atravessa gerações. A lenda conta de um escravo que rompeu com as ordens régias na luta pela libertação de seu povo, escondendo uma enorme quantidade de ouro. Delatado por um de seus seguidores, foi preso, torturado e morto. Segundo conta-se, aos que invocavam sua ajuda na busca pelo tesouro, a alma de Isidoro já teria aparecido e proposto uma série de charadas sobre sua localização. Dentre elas, a dica de que a passagem do cometa Halley, em 1986, indicaria o local exato.

| **A procissão das almas** – Em diversas cidades do interior de Minas existe a lenda de procissões sobrenaturais durante a Quaresma, quando nenhum morador deve sair às ruas ou mesmo chegar à janela. Conta-se de uma curiosa senhora que decidiu ver a passagem das almas e, da primeira do grupo, recebeu uma vela, que não poderia ser apagada. Assim mesmo, apagou a vela, guardou em uma gaveta e foi se deitar. Na manhã seguinte, no lugar da vela, estava um osso humano. Na procissão seguinte, tornou a abrir a janela e devolveu o osso ao grupo de almas, ao qual se juntou naquela mesma semana.



| **Caboclos d'água** – São seres encantados que habitam castelos fantásticos no fundo do Rio São Francisco. Castigam pescadores com intenções predatórias que retiram do rio mais do que o necessário para o seu sustento. Em sua fúria, viram e afundam embarcações. Para conquistar sua ajuda com a pescaria, os pescadores colocam um rolo de fumo na ponta do barco como oferenda.

| **A mulher de sete metros** – Há versões desta assombração gigantesca vagando nos arredores do Fórum de Patos de Minas e também no parque municipal de Montes Claros. Conta-se que seria a alma penada de uma fazendeira bastante rica e possuidora de muitos escravos que teria morrido sozinha como castigo por uma vida de muita maldade.



BEM TOMBADO

Romarias – Congonhas

Reprodução



A história deste bem cultural se confunde com a dos festejos do Jubileu e das peregrinações religiosas, que tiveram início com a construção da capela sob invocação do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, em meados do século XVIII. A partir daquela época, até os dias atuais, é grande o fluxo de romeiros à cidade, assim como a preocupação dos organizadores em abrigá-los. Para tanto, por todo o século XIX e início do século XX, a Irmandade do Senhor Bom Jesus se responsabilizou pela construção, quase ininterrupta, de pequenas casas, comumente chamadas de *romarias*. Eram tantas, que os administradores do Santuário não tinham como conservá-las e, refletindo uma precária gestão, preferiam a construção de outras, de pior qualidade, com gastos menores.

Quando, em 1922, dom Helvécio Gomes de Oliveira tomou posse na Arquidiocese de Mariana, o Santuário passou à responsabilidade dos padres redentoristas, inaugurando um período de prosperidade administrativa, até 1962. Foi nessa época que se deu a edificação do abrigo de forma elíptica, para acolhimento dos romeiros pobres.

Sua construção teve início na década de 1930, em terreno pertencente à Irmandade, localizado à esquerda do Santuário. A primeira notícia encontrada sobre o assunto, de 1932, é extraída do jornal *Senhor Bom Jesus*. Além de registrar que o construtor responsável pela obra foi Floriano Binder, a reportagem anunciava que “(...) para o Jubileu, ficará pronto o magnífico pavilhão para os pobres e uma série de romarias novas”, donde se conclui que toda a edificação tenha sido finalizada naquele mesmo ano.



O projeto original, mais precisamente seu pórtico de entrada, foi inspirado nas antigas capelas dos Passos da Paixão. O edifício elíptico era composto por uma série de 44 casas, de três cômodos cada. Na fachada principal, dois torreões eram onde se alojavam a administração e o serviço médico-odontológico aos romeiros. E foram exatamente essas duas torres – que, ligadas por um arco, compunham o pórtico – o pouco que sobrou da construção original, que acabou parcialmente demolida após sua venda, em 1968.

Mais de duas décadas se passaram até que, em 1993, a Prefeitura de Congonhas recuperou o terreno com os remanescentes do velho abrigo para fiéis. O pórtico começou a ser restaurado no ano seguinte e, com uma área de 53 mil metros quadrados, a Romaria foi reconstruída, mantendo as mesmas características arquitetônicas da antiga pousada, sendo inaugurada em 1995.

A partir de sua reabertura, a Romaria passou a abrigar uma grande estrutura destinada à preservação da história, da cultura, das artes, do lazer e do turismo em Congonhas, com salão nobre, oficina de arte, sala de exposições e auditório. O bem também abriga hoje Museu de Mineralogia, com salas para estudos e pesquisas, Museu Sacro e Museu da Memória, além um posto de informações turísticas, localizado em uma das torres originais.

O tombamento estadual foi realizado pelo Iepha em 1980, quando só os torreões permaneciam de pé. Já naquela época, o parecer pela proteção defendia a reconstrução da “edificação em rotunda” seguindo os mesmos moldes do projeto original.



Regulação de políticas para o entorno de bens tombados e gestão de centros históricos



^ Área degradada na Serra da Piedade, em Caeté

Encerramos nesta edição a publicação do material apresentado no seminário organizado pelas equipes do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, Iepha/MG, e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan, em julho de 2011. Confira a mesa redonda sobre instrumentos para regulação de políticas para o entorno de bens tombados e para a gestão dos centros históricos, que reuniu João Carlos Cruz Oliveira, do Iphan, e o diretor de Conservação e Restauração do Iepha, Renato César de Souza.

“O instrumento mais importante que temos para a regulação de políticas para o entorno de bens tombados e gestão dos centros históricos é seu dossiê de tombamento, contendo diretrizes que disciplinem as ações que se realizarão em diversas situações.

Na maioria das vezes, os antigos dossiês são vagos, subjetivos e cheios de lacunas. Criam dúvidas sobre como agir. Além disso, pela mesma razão, o que deveria ser um inequívoco instrumento para a gestão de um espaço, capaz de ser usado para aplicação de multas por infrações, é um instrumento ainda débil, que leva a grandes e longas pendências judiciais. É necessária, portanto, a revisão, complementação e atualização dos dossiês de tombamento mais antigos, tornando-os efetivamente um instrumento de gestão.

Quando se fala em atualização dos dossiês não se pode deixar de lembrar a importância dos planos diretores de cada cidade. Pelo Estatuto da Cidade, o plano diretor deve ser um instrumento que oriente todas as ações concretas de intervenção sobre o território da cidade.

Os dossiês de tombamento e os planos diretores são os instrumentos mais importantes para a regulação de políticas para o entorno de bens tombados e gestão dos centros históricos.

Uma política de preservação só será eficaz se conjugar esses dois instrumentos, que devem ser coerentes em suas definições, delimitações de áreas e estabelecimento de permissões e limitações de edificar. Estabelecendo princípios, diretrizes e normas, o plano fornecerá orientações para todas as ações que influenciarem no desenvolvimento urbano - da abertura de uma rua, à construção ou reformas de residências, ou a reurbanização de uma ocupação irregular. Embasadas na legitimidade do plano diretor, serão ações que demonstrarão a vontade da cidade e dos seus cidadãos, com todos trabalhando na perspectiva da paisagem cultural.

A legislação ambiental é grande aliada da legislação de proteção ao patrimônio cultural para a regulação de políticas para o entorno de bens tombados e gestão dos centros históricos. Hoje o Brasil é o primeiro exportador de minério de ferro do mundo e 97% da produção nacional provém dos estados de Minas Gerais (71%) e do Pará (26%). São números expressivos, principalmente no caso de Minas Gerais. Nossos patrimônios cultural e ambiental estão cada vez mais ameaçados, com a população das cidades mineradoras, quase sempre também detentoras de heranças coloniais e donas de belíssimas paisagens, arcando com o ônus da extração do minério de ferro.

São toneladas de pó de minério nas ruas e estradas, que escurecem as fachadas dos monumentos e casas, e arruinam a saúde da população. O contingente de operários da mineração sobrecarrega rodovias e cidades, levando ao colapso dos serviços públicos e à sua saturação. E ainda há os prejuízos silenciosos, aqueles que não vemos e que contribuem para a mudança de populações, perda de tradições, aumento de criminalidade, consumo de drogas, prostituição e muito mais.

Daí a necessidade de que os órgãos de meio ambiente e de patrimônio cultural sejam os intermediadores na defesa dos nossos centros históricos, atuando como avaliadores junto aos empreendimentos de mineração, e também empreendimentos imobiliários, para que não sejam implantados à custa da qualidade de vida das cidades e sem as necessárias medidas de compensação”.